



Reunião de discussão pública sobre a ampliação proposta pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá e a navegação na região do empreendimento

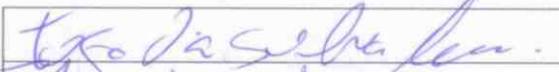
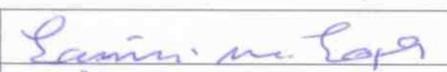
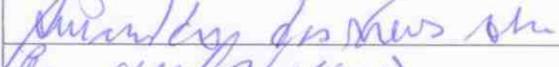
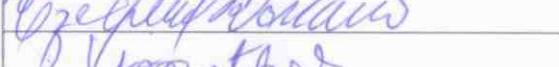
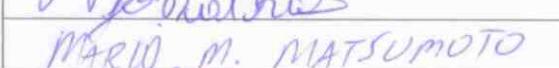
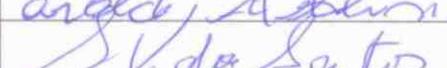
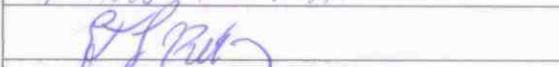
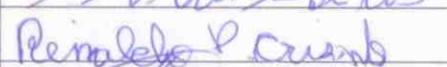
## MEMÓRIA DE REUNIÃO

A presente reunião pública realizada no dia 24 de setembro de 2016, com início às 16 horas e 10 minutos, na Igreja Pentecostal Cristo que Liberta na Ilha dos Valadares, contou com a presença da comunidade local de pescadores e dos consultores ambientais da empresa Acquaplan, responsável pelo Estudo Ambiental do empreendimento em questão. A técnica responsável primeiramente apresentou um acordo de convivência, sendo depois apresentada a pauta da reunião. Foi lembrada as partes do licenciamento ambiental e de que neste caso está sendo realizado o estudo ambiental que precede a licença prévia. Foi então apresentado novamente o projeto de ampliação proposto pelo empreendedor e apontado que neste estudo são abordados os meios físico, biológico e socioeconômico, sendo que esta reunião diz respeito ao meio socioeconômico, e tendo em vista do diagnóstico socioeconômico realizado, mais especificamente à navegação na região do empreendimento proposto. Desta forma, a técnica apresentou alguns resultados do monitoramento do tráfego de embarcações realizado na região desde 2012. Após este momento, através de mapa ampliado e impresso, foram apresentadas as partes da ampliação proposta pelo empreendedor. Primeiramente foi falado sobre a retroárea, sendo discutida com a comunidade se esta parte da construção teria alguma influência na navegação, neste ponto os pescadores não se manifestou em relação a retroárea, porém que há possibilidade de prejudicar a pesca local devido aos criadouros de camarão. Após, foi apresentada a proposta de se instalar um novo cais na posição em que estão os dolphins atuais, sobre isto os pescadores indicou que irá atrapalhar na navegação pois diversos pescadores utilizam o local para desviar o caminho, a técnica lembrou que considerando que a área já é para atracação de navio não deverá haver diminuição do espaço para a navegação devido a implantação deste cais. Por fim, a técnica apresenta o novo posicionamento proposto para os dolphins, adiantando que devido ao resultado

das reuniões do diagnóstico socioambiental participativo - nas quais as comunidades apontaram que a manobra de navios ali afetaria a navegação, e à demandas dos órgãos licenciadores foi mandado realizar um estudo de manobra para a atracação de navios ali. Foram apresentados os tipos de navios que poderão atracar nos dolphins e a apresentado que conforme estudo do histórico de atracação se prevê a atracação efetiva de um navio por semana nos novos dolphins, sendo após isto introduzido o estudo de manobras realizado. O estudo de manobras foi apresentado de forma sintética, mostrando as condições do método, a possibilidade de simulação de diferentes condições ambientais, citando a realização de simulações de manobra, e apresentando as formas que deverão ocorrer a atracação e desatracação de navios, sendo apresentadas as recomendações do estudo para o momento de atracação. A técnica disse que devido à forma das manobras, entende-se que é um risco o tráfego de embarcações miúdas no momento de atracação de navios nos novos dolphins propostos, sendo então propostas medidas de mitigação. As medidas apresentadas foram: Balizamento novo; Planejamento dos horários de atracação; Construir pontos de espera para embarcações menores; Nas manobras disponibilizar embarcação para apoio de embarcações menores (cuidado, emergências médicas, rebocues, etc). Um dos pescadores sugeriu a construção de um canal cortando a "Garganta" da Ponta da Cotinga e dois pescadores falaram que vai dar problema para as embarcações miúdas. Outro participante disse o correto era não construir mais nada. Um dos pescadores comentou que os rebocadores não respeitam as embarcações pequenas. Após discussão foi realizada dinâmica para que a comunidade sinalizasse através de adesivos quais medidas mitigadoras consideram mais eficientes. Então os presentes votaram em sua maioria por não construir nada, mas que caso seja construído seja realizado a instalação de um balizamento novo e a possível construção de uma abertura na "Garganta" da Ponta da Cotinga. Foram também apresentadas as medidas compensatórias propostas pelo empreendedor: viabilização do licenciamento ambiental da dragagem do canal do Roque, desde Paranaguá, até os acessos de São Miguel e Ponta do Ubá; a construção de um colégio em Amparo para atender as crianças de Piaçaguera e Eufrasina; projetos de Educação Ambiental (Escola da Pesca com fortalecimento da pesca, atendimentos de saúde e especialidades, cursos de mecânica de embarcações, curso construção naval com fibra, curso de GPS, aquicultura e outros);

facilitação da aquisição de carteira POP e MAC para os moradores da comunidades da área de influência direta fomentado pelo empreendedor; educomunicação para navegação; educação ambiental no trânsito; fortalecimento da Associação Nova Esperança; Fortalecimento da Barcopar; um dos presentes sugeriu a dragagem do Rio Itiberê entre a Ilha dos Valadares e o manguezal; foi sugerido também a construção de trapiches na Ilha do Valadares; foi sugerido que o empreendedor ofereça cursos profissionalizantes para os pescadores e seus filhos. Novamente os presentes foram chamados para escolherem suas preferências entre as medidas compensatórias apresentadas e sugeridas, sendo que os mesmos optaram pelo licenciamento da dragagem do Rio Itiberê, programas de educação ambiental (escola da pesca) e a oferta de cursos profissionalizantes para os pescadores e seus filhos, mas também sinalizaram a oferta das carteiras POP e MAC e a construção de trapiches na Ilha dos Valadares. Por fim, foi aberto espaço para que os presentes pudessem expor suas opiniões e sugestões, sendo que um dos pescadores sugeriu que sejam indenizados financeiramente pelo empreendedor devido ao impacto à pesca e o espaço do pescador; outro presente chamou atenção que a maioria é contra a construção do empreendimento sendo que o pescador é proibido de usar o seu espaço sendo que outros órgãos ou empresas vem e se instalam no local, com base nisso entende-se que o empreendedor deveria atuar na criação de Reserva de Uso Extrativista para Pesca Artesanal; um dos participantes sugeriu como medida compensatória a criação de um programa de legalização da embarcações; um dos pescadores pede também um programa de custeio dos petrechos usados por eles; por fim um pescador fala sobre a importância da Baía para a criação dos pescados e das dificuldades da vida do pescador. Após término da reunião foi lida esta ata que segue assinada por todos os presentes.

A seguir assinatura dos presentes na reunião

|   |  |
|---|--|
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

